

Lúcio CRAVEIRO DA SILVA

Verbetes in *Dicionário Crítico de Filosofia Portuguesa*, coord. Maria L. S. GANHO, Temas e Debates / Círculo de Leitores: Lisboa, 2016, pp. 502-507

I. Nótula biográfica. Nascido em Tortosendo, Covilhã, a 27 de novembro de 1914, Lúcio Craveiro da Silva obtém a licenciatura em Filosofia na Faculdade de Filosofia de Oña (Burgos), depois de ter cursado a mesma área disciplinar no Instituto de Filosofia de Braga, entre 1934 e 1938. Convidado, em 1944, pela Faculdade de Filosofia de Braga para assumir docência académica no âmbito da Ética Económica, Social e Política, dirige-se para Bilbao, onde se licencia, na Universidade Comercial de Deusto, em Ciências Económicas, deslocando-se de seguida para a Bélgica para concluir, em 1949, na Universidade Católica de Lovaina, nova licenciatura em Ciências Políticas e Sociais. Assente em sólida base filosófica, económica e político-social, o seu percurso académico atinge na Faculdade de Filosofia de Braga público reconhecimento com a obtenção, em 1951, de doutoramento em Filosofia Social com a tese *A Idade do Social. Ensaio sobre a evolução da sociedade contemporânea*, sendo desde logo convidado pela mesma Faculdade a lecionar Ética e Filosofia Social na qualidade de professor ordinário. Entretanto, a sua docência trilhará outros domínios epistemológicos, designadamente a Filosofia do Direito e a História da Filosofia em Portugal, e chegará a outras latitudes, como o Centro de Estudos Humanísticos, adstrito à Universidade do Porto, aí para lecionar História da Filosofia Antiga e Medieval. Da Faculdade de Filosofia de Braga haverá de tornar-se diretor entre 1952 e 1958, de novo entre 1971 e 1976, reassumindo a mesma função de 1986 a 1994. De permeio, entre 1964 e 1971, exerce funções de diretor do

Instituto Superior Económico e Social de Évora. Em 1974 abre-se novo ciclo na sua carreira académica com a tomada de posse da Comissão Instaladora da Universidade do Minho, a cujo projeto o seu nome permanecerá doravante ligado, tendo nesta não só integrado a primeira geração de docentes, como ainda orientado várias comissões que instituíram os cursos de Letras, História e Ciências Sociais e os cursos de Relações Internacionais e de Economia e Gestão de Empresas, bem como desempenhado relevantes funções de presidência e direção em múltiplas instâncias orgânicas da Instituição. Nomeado professor catedrático a título definitivo em 1976 e, nesse mesmo ano, vice-reitor, é convidado, por diligência governamental, em 1981, a ocupar o lugar de reitor da Universidade do Minho: acolhe o desafio com a condição de ver o convite sufragado pelos membros do corpo académico da Instituição, tornando-se desta feita, com a tomada de posse em 1982, o primeiro reitor eleito das universidades portuguesas, cargo que ocupou até 1984, data da sua jubilação. Tendo exercido, ao serviço do país, cargos de relevo político e sido publicamente agraciado pelo seu reconhecido mérito académico, integrou algumas reputadas academias científicas e culturais, como sócio correspondente, para além de presidente do Conselho Cultural, na Universidade do Minho.

II. Aspetos do pensamento. Uma integral auscultação epistemológica e ética da praxis social, política e económica, aliada a uma matizada aclaração histórica da urdidura civilizacional, existencial e cultural da vida humana, tornam muito arriscada qualquer tentativa para obter uma fisionomia estática do pensamento multifacetado de Lúcio Craveiro da Silva, ou para traçar uma rota única na diversificada paisagem da sua reflexão filosófica. Seja como for, o seu pensamento

parece acolher três orientações distintas, embora interdependentes: 1. uma conceção de Filosofia Social, na qual diagnostica, e por vezes antecipa, problemas e perspetivas hoje circulantes em muitas das atuais tendências da história das ideias, da ciência e filosofia políticas, da sociologia do trabalho, das teorias da sociedade civil e das doutrinas do direito internacional; 2. uma intuição do nexo entre Filosofia e Literatura, mediante a qual percorre e examina a confluência desses dois domínios, a partir do estudo de alguns dos vultos e correntes maiores da cultura portuguesa; 3. e, finalmente, uma visão de Universidade, relativamente à qual destaca virtualidades, acautela desvirtuações, escalona prioridades e aponta caminhos de promissor desenvolvimento em prol da sociedade. A culminar, como síntese unificadora, esta tríplice vertente reflexiva, ergue-se o que sumariamente se poderia apodar de uma axiologia personalista e humanista.

1. A Filosofia Social. A noção de Filosofia Social adquire em Lúcio Craveiro da Silva uma tonalidade crítica e multipolar, bem longe de quaisquer reduções monológicas e positivistas da sociologia que procurou cultivar. É pelo menos nessa perspetiva que os seus intentos teóricos mais peculiares e significativos se constituem e estabilizam na 2.^a edição de *A Idade do Social*, de 1959. Nela, com efeito, expõe os aspetos mais característicos da sua teorização social, procurando congregar em síntese crítica e especulativa os resultados epistemológicos alcançados: não se trata tanto, como seria de supor, de sociologia filosófica — Lúcio Craveiro da Silva prefere antes a designação «Filosofia Social» para tipificar a natural interdisciplinaridade entre filosofia e sociologia (cf. *A Idade do Social...*, in «Prólogo à 2.^a Edição», pp. 12-13). À luz de uma compreensão holística das comunidades humanas, aí apresenta uma

noção de sociedade, entendida como espaço crítico, que tanto absorve e amplifica, como distende e agudiza as experiências de desassossego, de inquietação e de conflito do psiquismo humano quando empenhado, individual ou coletivamente, na conquista económica de melhores condições de vida, na expressão política dos mais variados interesses, ou na prossecução espiritual de finalidades supremas. É, pois, no interior desta correlação de forças e tensões que Lúcio Craveiro da Silva objetiva a noção angular de “homem colectivo” (cf. *Ibidem*, pp. 26 segs.), operando uma dissecação histórico-crítica dos factos que não só configuraram as lutas ideológicas entre liberalismo e socialismo, ambas plasmadas no mesmo útero da democracia clássico-formal, depois totalitário-marxista e, finalmente, económico-social (cf. *Ibidem*, pp. 35ss), como também moldaram a ascensão sociológica do operariado a caminho de uma nova ordem laboral, juridicamente insuflada por um novo Direito do Trabalho, ao arrepio das concepções ultra-liberais e hiper-colectivistas de propriedade (cf. *Ibidem*, pp. 77 segs.). Lúcio Craveiro da Silva não traça apenas diagnósticos, também procede a uma avaliação doutrinal (não doutrinária) de pressupostos e modelos que determinam a influência do social já no domínio do difícil e precário equilíbrio entre produção, propriedade e redistribuição da riqueza (analisando o papel da natureza e dos limites da intervenção do Estado no campo económico-social perante o desafio do livre exercício do estímulo individual e do livre jogo das leis do mercado concorrencial), já no plano da estrutura do universo laboral (analisando a relevância da retribuição salarial, da segurança social e do direito ao trabalho), já, enfim, no terreno do associativismo cívico, entendido como alavanca privilegiada da sociedade civil (analisando os influxos do princípio do direito associativo e do princípio orgânico corporativo da sociedade na sua dinâmica

colectiva): cf. *Ibid.* pp. 127 segs. Em vista do que deve ser o lugar do Homem numa “nova ordem social”, o autor sugere dois desenlaces possíveis: no plano material, adverte para a necessidade de uma reforma social e económica da empresa em vista já não da lógica bifurcada de um conflito insanável entre patronato e trabalhadores, mas em vista da lógica relacional da interacção co-responsável das forças vivas da empresa em ordem à formação de uma comunidade laboral; no plano formal, propõe uma descontaminação ideológica das visões “proletarizantes” do trabalho (cf. *Ibid.* pp. 223 segs.). Para circunscrever um horizonte de análise tão vasto e ramificado, importará ter em conta, por um lado, as referências recorrentes de Lúcio Craveiro da Silva à praxiologia clássica (Aristóteles, São Tomás, Kant...), à antropologia personalista e evolutiva (Teilhard de Chardin...), à dialética marxista (K. Marx, F. Engels, Lenine...), à fenomenologia existencial (Ortega y Gasset...) e à ética utilitarista (J. S. Mill...); por outro lado, importará não negligenciar as consistentes incursões pela história das ideias sociais e económicas (M. Crouzet, J. B. Weiss, R. Gonnard, G. d'Avenel, G. Renard, H. Pirenne...), pela tratadística e pela ensaística sociológicas (F. Tönnies, M. Reinhard, A. Menger, H. Noyelle, I. Lepp, O. Spann, M. Ventenat, G. Braga da Cruz, J. de Castro, J. Folliet, E. Fromm...), pela economia política e social (A. Smith, Ch. Antoine, F. Baudhuin, V. Fallon, G. Cassei, L. Alvin, Y. Mainguy, L. Baudin, J. Serve, J. Baby...) e pelo direito laboral, constitucional e internacional (L. Duguit, M. Marquez, A. Valensin...); não menos incontornáveis revelam-se ainda o influxo de teólogos e eruditos de tendência católica (De Lubac, Henri Guitton...), bem como a instrução do magistério eclesial, sobretudo a que se filia na irrefragável doutrina social da Igreja, preconizada por Leão XIII na encíclica *Rerum novarum* (1891). Esta constelação de temáticas encontrará ulterior levedação reflexiva em textos que

Lúcio Craveiro da Silva difundirá por inúmeras publicações monográficas, ensaísticas e periódicas (realçando-se aqui a notável e assídua colaboração com a *Brotéria* e com a *Revista Portuguesa de Filosofia*): nelas não apenas enfatizará os problemas éticos reportados à consciência, à fundamentação da moral, à filosofia dos valores, à estruturação moral da cultura popular e do senso comum, aos desafios éticos da técnica, como dedicará atenção a problemas de alcance social, político e económico, tais como o princípio de subsidiariedade, o direito de associação, a relevância da sociedade civil, a ideia de desenvolvimento integral e sustentado, a crise das soberanias nacionais e a noção emergente de comunidade internacional.

2. Filosofia e Cultura. Se a Filosofia social ostenta um cunho vincadamente personalista, o sentido de Cultura em Lúcio Craveiro da Silva torna-se, por seu turno, impenetrável sem o vetor axiológico do humanismo, através do qual trilhará «os caminhos da investigação no campo, que me desafia e estimula, dos valores e figuras históricas da cultura portuguesa; é aí sobretudo que agora surge o meu diálogo interior vivo e sincero com a riqueza dos valores humanos pois sem esse diálogo interior perde sentido a nossa respiração cultural» (*Estudos de Cultura Portuguesa*, Braga, 2002, p. 7). Nessa profusa cornucópia de correntes, escolas e vultos da cultura literária e filosófica adquirem espessura interpretativa um Santo Agostinho (em cujas *Confissões* encontra um verdadeiro «roteiro interior [...] do homem que todos somos»: *Ibidem*, p. 48), um Paulo Orósio (nele destacando uma conceção teomórfica de ecumenismo histórico: cf. *Ensaio de Filosofia e Cultura Portuguesa*, Braga, 1994, pp. 20-26), um S. Martinho de Dume (no qual assinala uma concepção ética prudencial onde «a sua visão do homem se impõe pelo respeito da

liberdade e o sentido da responsabilidade»: *Estudos...*, p. 55), um Pedro Hispano (no qual vislumbra uma síntese em cujo arrimo se sustentou «a simbiose (...) da filosofia e da teologia com a ciência médica»: *Ensaios...*, p. 46), um Francisco Sanches (a quem atribuí a proeza de ter pretendido «sacudir a frágil e gasta ciência antiga, quebrar os exageros do despotismo dialético, pôr ao vivo o abuso que se fez do silogismo e do raciocínio na ciência positiva, desafrontar as ciências do exagerado magisterdixitismo dos antigos, persuadir o homem renascentista da humildade das suas possibilidades»: *Estudos...*, pp. 89-90), uma Escola Conimbricense (à qual concede o mérito de ter estruturado uma inovadora conceção de ensino da filosofia capaz de conjugar a exposição incisiva, simplificada e clarividente das matérias com o acesso direto às fontes no original grego ou latino e de ter assegurado uma atualização constante do saber através da discussão permanente dos resultados da investigação, da experiência e da reflexão pessoais: cf. *Ensaios...*, p. 115), um Luís de Molina (para o qual remete a fundação de uma ética jurídico-económica que incorpora não apenas uma inédita conceção de direito internacional, na linha da doutrina peninsular do direito dos povos de Vitória e Suárez, mas também uma reflexão em torno de problemas monetários e cambiais que anteciparam, em parte, a vindoura economia científica: cf. *Estudos...*, p. 115), um Inácio Monteiro (de cuja *Philosophia Libera* extrai aspetos determinantes para o apuramento de um certo ecletismo crítico mediante o qual este “último Conimbricense” reagiu contra o dogmatismo e o unilateralismo do saber: cf. *Ibid.*, pp. 115-136), um Antero de Quental («poeta-filósofo: de quem se tornará autoridade versada já pela clarividente exposição da obra escrita, já pela vigorosa interpretação das influências predominantes no seu pensamento, das etapas marcantes da sua «revolução interior», da influência do cristianismo na sua

cosmovisão metafísica, intuicionista e antipositivista e, enfim, dos ritmos ternários da sua filosofia ontológica, epistemológica e evolucionária: cf. *Ibidem.*, pp. 9-41), um Teixeira de Pascoaes (em cuja lavra plúmitiva vislumbra «o poeta mais rico e coerente da nossa história literária» pela sua visão criacionista do real, mediante a qual celebrou a expressão poética como forma superior de visar a essência da vida e da verdade: cf. *Ensaio...*, pp. 221-228) e um Leonardo Coimbra (que considera «uma figura de exceção na nossa tradição filosófica (...), porque foi um filósofo original que criou um sistema próprio, [...] um espírito rico de preocupações metafísicas, [...] o principal antagonista do positivismo e da sua decadente filosofia e que, por isso, [...] muito contribuiu para criar entre nós ambiente favorável à especulação e à renovação universitária do ensino da filosofia [...] cuja irradiação germinou viva primeiramente nos seus discípulos»: *Filosofia e Ciência na Obra de Leonardo Coimbra*, Porto, 1994, p. 11). Mais recentemente Lúcio Craveiro da Silva dedicou páginas de apurado recorte analítico ao pensamento de personalidades com quem cruzou ou partilhou itinerários reflexivos, como Cassiano Abranches, de quem destaca a peculiar envergadura metafísica da obra, Júlio Fragata, em cuja memória enraíza a difusão e o cultivo da fenomenologia em Portugal, António Magalhães, no qual vê emergir uma metafísica da saudade, e Bacelar e Oliveira, a quem atribui uma original onto-gnoseologia crítica (cf. *Estudos...*, pp. 157-174).

Uma visão de Universidade. Intimamente ligado à fundação da Universidade do Minho, Lúcio Craveiro da Silva não revelou apenas dotes de coordenação e liderança dos projetos académicos (muitos deles inovadores ao tempo) em que se envolveu. Também acalentou e promoveu uma certa ideia de Universidade: entendeu-a em fidelidade ao presente como lugar de crise fecunda, de luta construti-

va, de permanente busca de inovação, de criação incessante de saber; perspetivou-a em demanda do futuro como núcleo vital e vivificante da Cultura, em anelo constante pelos valores da dignidade pessoal, da liberdade de investigação e de ensino e da discussão crítica da investigação produzida. Dessa ideação universitária aflora um agudíssimo sentido de missão académica: «ser Universitário não é propriamente um simples emprego nem equivale, no rigor do termo, a uma profissão. Ser Universitário é, acima de tudo, um serviço e uma vocação. [...] O ideal universitário é a pesquisa constante e rigorosa do mistério do Homem e da Natureza, [...] que nos enche de justa satisfação pois surge de profunda exigência da natureza humana que quer saber em que Terra e Universo está, como e para quê; mas é, por outro, difícil e por vezes esgotante, porque tem de evitar miragens especiosas que podem enganar, armadilhas e ideologias que seduzem, brilhos superficiais que nos oferecem respostas cómodas que não são soluções e certezas aparentes que ali não existem» (“O Universitário e a Universidade”, in *Estudos...*, p. 215).

BIBLIOGRAFIA

Obras do autor:

A Idade do Social. Ensaio sobre a Evolução da Sociedade Contemporânea, Braga, Livr. Cruz & Ca, 1952; 2.^a ed.: 1959

Cursus Philosophiae Moralis, Braga, Pontificia Facultas Philosophica, 1954

O Movimento Operário, Braga, Livr. Cruz, 1957

Antero de Quental - Evolução do Seu Pensamento Filosófico, Braga, Faculdade de Filosofia da UCP, 1959; 2.^a ed.: 1992

Cultura, Participação e Desenvolvimento, Braga, Univ. do Minho, 1979

Ensaio de Filosofia e Cultura Portuguesa, Braga, Faculdade de Filosofia, 1994

Novas Cartas Inéditas de Antero de Quental, Braga, Faculdade de Filosofia, 1996

Padre António Vieira e Antero de Quental, Braga, Universidade do Minho. Centro de Estudos Humanísticos, 1998

Ser Português - Ensaio de Cultura Portuguesa, Braga, Universidade do Minho. Centro de Estudos Humanísticos, 2000

Estudos de Cultura Portuguesa, Braga, Universidade do Minho. Centro de Estudos Humanísticos, 2002

Para além da fecunda produção ensaística e monográfica, Lúcio Craveiro da Silva comunicou os resultados da sua investigação em inúmeros congressos e em vasta colaboração escrita dispersa por periódicos, coletâneas, obras conjuntas, dicionários, histórias e enciclopédias, tanto em Portugal como no estrangeiro. No plano internacional, adquiriu notoriedade com contributos de grande valia científica em revistas e coletâneas de que cumpre destacar *Boletín de Estudios Económicos* (Bilbau), *Les Grands Courants de la Pensée Mondiale Contemporaine*, *Panoramas Nationaux*, Milão, 1958; *Aufsätze zur Portugiesischen Kulturgeschichte*, Münster Westfalen, 1960; e *Actes du XXI Colloque International d'Études Humanistes*, Tours, 1978. No contexto nacional, avulta a sua voz autorizada nas já aludidas *Brotéria* e *Revista Portuguesa de Filosofia*, bem como nas revistas *Lumen*, *Theologica*, *Scientia Juridica*, *Colóquio. Revista de Artes e Letras*, entre outras.

Relevantes afiguram-se também os seus contributos para a *Enciclopédia Verbo*, para a *Logos - Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia* e, mais recentemente, para a *História do Pensamento Filosófico Português* e para o *Dicionário Crítico da Filosofia Portuguesa*.